



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO**

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” IFTM Nº 107 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação (**lato sensu**) - Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DOCENTEPT

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, o Estatuto aprovado pela Resolução nº 01/2009, do dia 17/08/2009, publicada no DOU de 21/08/2009 e Decreto Presidencial de 09 de dezembro de 2019, publicado no DOU de 10/12/2019, Seção 2, página 1, e

Considerando os autos do processo nº 23199.005687/2022-19;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar “**ad referendum**” o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação (**lato sensu**) - Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DOCENTEPT do **Campus** Uberaba Parque Tecnológico, em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, justificando-se, para fins do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139/2019, urgência em decorrência da oferta de vagas a partir do segundo semestre de 2022.

Uberaba, 28 de junho de 2022.

Deborah Santesso Bonnas

Presidente do Conselho Superior do IFTM.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – DOCENTEPT**

Uberaba

Junho/2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE
TECNOLÓGICO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITORA
Deborah Santesso Bonnas

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Ernani Viriato de Melo

COORDENADOR GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
Carlos Antônio Alvarenga Gonçalves

DIRETOR GERAL
Marcelo Ponciano da Silva

COORDENADORA GERAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Lídia Bononi Paiva Tomaz

COORDENADORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Anelise dos Santos Mendonça Soares

PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO CURSO (PCGC)
Márcia do Nascimento Portes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – *Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico***

MISSÃO

Ofertar a educação profissional e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido.

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	10
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	10
3. ASPECTOS LEGAIS.....	11
4. BREVE HISTÓRICO DO <i>CAMPUS</i>	12
5. JUSTIFICATIVA	14
6. OBJETIVOS.....	16
7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR	17
8. PERFIL DO EGRESSO.....	27
9. LINHAS DE PESQUISA	28
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	28
11. UNIDADES CURRICULARES	30
12. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	43
13. ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	44
14. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	44
15. AVALIAÇÃO.....	45
16. FREQUÊNCIA	46
17. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	46
18. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	47
19. CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	48
22. AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO 50	
23. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	52
24. CERTIFICAÇÃO	52
25. INDICADORES DE DESEMPENHO	53
26. REFERÊNCIAS.....	53

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)
Campus	Avançado Uberaba Parque Tecnológico
CNPJ	10.695.891/0001-00
Endereço	Av. Dr. Florestan Fernandes, 131 - Univerdecidade
Cidade	Uberaba
Telefones	(34) 3326-1406
Site	https://iftm.edu.br/uraparquetecnologico
E-mail	dg.av.upt@iftm.edu.br
Endereço da Reitoria	Av. Doutor Randolpho Borges Júnior, 2900 – Univerdecidade – CEP 38.064-300 Uberaba- MG
Telefones da Reitoria	(34) 3326-1100
Site da reitoria	http://www.iftm.edu.br
Fax da Reitoria	(34) 3326-1101
Mantenedora	União – Ministério da Educação (MEC)

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Curso	Curso de Pós-graduação (<i>lato sensu</i>) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT
Público alvo	Graduados, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público alvo preferencial são professores com a mesma formação que atuarão no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.
Titulação Conferida	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica
Modalidade	Educação a distância
Áreas do conhecimento	
Grande área	7.08.07.07-8 - Educação
Área	7.08.00.00-6 - Ensino Profissionalizante
Subárea	7.08.04.00-1 Ensino-Aprendizagem
Turno de funcionamento	Multiperiódico
Frequência das aulas	Encontros Presenciais obrigatórios previamente agendados pelo coordenador de curso e amplamente divulgados aos estudantes. A previsão é de haver até dois encontros presenciais por semestre (módulo). Tais encontros ocorrerão, preferencialmente, nas sextas-feiras à noite e nos sábados pela manhã e à tarde, conforme a necessidade e o contexto do desenvolvimento do curso.
Integralização	Mínima: 12 meses Máxima: 24 meses
Nº de vagas ofertadas	200

Periodicidade da oferta	Anual (conforme editais da CAPES)
Ano da 1ª oferta	Setembro de 2022
Comissão responsável pela elaboração do projeto	
Dados da comissão	<p>PORTARIA/DCA-UPT/Nº37 DE 09/05/2022 - <i>CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO</i> - responsável pela Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em Docência para a EPT (Capes/UAB e Setec/Mec) do IFTM-CAUPT— <i>Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico</i></p> <p>Membros: Nome - cargo Márcia do Nascimento Portes – Professora EBTT Luiz Pessoa Vicente Neto – Professor EBTT Lídia Bononi Paiva Tomaz – Professora EBTT Ernani Viriato de Melo – Professor EBTT Patrícia Gomes de Macedo – Técnico em Assuntos Educacionais Maria dos Anjos Pereira Rodrigues - Técnico em Assuntos Educacionais</p>
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O CURSO	
<p>A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria CAPES nº 102/2019, a Portaria CAPES nº 183/2016 e a Instrução Normativa nº 2/2017-CAPES.</p> <p>Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-graduação (lato sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-graduação lato sensu de caráter pedagógico.</p>	
3. ASPECTOS LEGAIS	
<p>A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria CAPES nº 102/2019, a Portaria CAPES nº 183/2016 e a Instrução Normativa nº 2/2017-CAPES.</p>	
3.1. Legislação referente à criação	
3.1.1 Criação	
Resolução de aprovação do PPC será incluída após aprovação no CONSUP.	

Legislações que regulamentam o curso:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) que determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- Parecer nº 564/2015, de 10/12/2015 - Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Ensino Superior na modalidade a Distância.
- Resolução CNE/CES nº 1/2016, de 11/03/2016 – Estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Ensino Superior na modalidade a Distância.
- Decreto nº 5.800/2006 de 08 de junho de 2006. Regulamenta sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o ensino na modalidade a Distância (art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- RESOLUÇÃO Nº 27/2019, DE 27 DE MARÇO DE 2019 regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

3.1.2 – Resolução Conselho Superior pertinente ao curso

Será incluído após aprovação no CONSUP.

4. BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM – criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No seu processo instituinte estão presentes, compondo sua estrutura organizacional, uma Reitoria localizada em Uberaba, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia e as Unidades de Educação Descentralizadas de Paracatu e de Ituiutaba que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da nova instituição, passando a denominar-se, respectivamente, *campus* Uberaba, *campus* Uberlândia, *campus* Paracatu e *campus* Ituiutaba. O IFTM é composto, atualmente, pelos *campi* Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro, Avançado Campina Verde e Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Assim como os demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, disponibiliza a oferta da educação nos dois níveis de ensino e suas modalidades, permitindo o ingresso do estudante desde o Ensino Médio/Técnico até o nível superior e de Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O IFTM/CAUPT tem se destacado na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, ampliando as possibilidades de acesso da educação, no sentido de beneficiar uma

gama muito maior de pessoas que, por necessidades diversas, espaciais, temporais, dentre outras, não conseguem se manter em um curso na modalidade presencial.

O *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico foi criado pela Resolução nº 58 de 26 de setembro de 2014, está localizada em área doada pela Prefeitura Municipal de Uberaba, sob a forma do termo de contrato de cessão de uso de área pública e imóvel nº 021/2010, situada à Rua Florestan Fernandes, 131, CEP: 38.001-970. O referido *campus* passa a integrar a Diretoria de Educação à Distância e a Unidade II do *campus* Uberaba. Nesta nova configuração, a Diretoria de Educação à Distância passa a ser Unidade I e a Unidade II do *campus* Uberaba, passa a ser a Unidade II do *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico.

Enquanto Diretoria de Educação à Distância, antes da criação do *campus*, ofertava cursos na modalidade a distância de licenciatura (Letras, Matemática e Computação) pelo Programa Universidade Aberta do Brasil e cursos técnicos pelo Programa Rede E-TEC Brasil.

O Programa Rede E-TEC Brasil, criado em 2011, tinha como objetivo contribuir para democratização e interiorização da oferta dos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância para jovens e adultos visando a qualificação profissional. No IFTM, a adesão ao Programa Rede E-TEC e a autorização para funcionamento dos polos datam do ano de 2013. De 2013 a 2017, foram oferecidos dez cursos: técnico em administração, técnico em automação industrial, técnico em edificações, técnico em eletrônica, técnico em eletroeletrônica, técnico em Informática para internet, técnico em suporte em informática, técnico em segurança do trabalho, técnico em serviços públicos e técnico em informática.

Atualmente, o programa está inativo, não há ofertas de novos editais. Essa experiência propiciou o aprimoramento das ferramentas de interação e mediação do processo de ensino-aprendizagem na modalidade à distância.

O IFTM vem contribuindo com a ampliação e a interiorização da oferta de cursos superiores, por intermédio da educação a distância, oferecendo formação inicial para docentes da educação básica. A adesão do IFTM ao Programa Universidade Aberta do Brasil se deu em 2012, quando houve a primeira oferta dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Computação, foram ofertadas um total de 315 vagas nos polos das cidades de: Araguari, Janaúba, Janaúria, Uberaba e Uberlândia. No ano de 2013 ofertamos o curso de Licenciatura em Letras e suas Literaturas foram 215 vagas nos polos das cidades de Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Coromandel.

No segundo semestre de 2014, o IFTM/UAB expande sua oferta de cursos para o estado de São Paulo foram 400 vagas, sendo 200 para o curso de Licenciatura em Letras e 200 para o curso de Licenciatura em Matemática, distribuídas em quatro polos da capital: Polo Jardim Moreno, Jardim Paulistano, Jardim São Carlos e polo São João Clímaco.

Em 2017, ofertamos mais 360 vagas dos cursos de licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática nos polos das cidades de Araguari, Coromandel, Ituiutaba, Lagamar, Uberaba, Frutal e Uberlândia. No segundo semestre deste mesmo ano ofertamos mais 307 vagas para os mesmos cursos para os polos de Divinópolis, João Pinheiro, Paracatu e Uberaba.

A oferta mais recente data do ano de 2021 com as turmas iniciando o curso no segundo semestre, foram 560 vagas distribuídas nos polos de Araguari, Araxá, Coromandel, Frutal, Ituiutaba, João Pinheiro e Paracatu no Estado de Minas Gerais e no polo de Igarapava, no Estado de São Paulo.

Com relação aos cursos presenciais o *Campus* Avançado Uberaba – Parque Tecnológico oferta o Curso de Bacharelado em Engenharia de Computação, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio e o Curso Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio.

Na Pós-graduação *Stricto Sensu* o campus oferta o curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Ainda como experiência de oferta de cursos de Pós-graduação, no ano de 2018, o IFTM-CAUPT ofertou 700 vagas para o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, cujo público-alvo eram os servidores da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com prioridade para aqueles profissionais atuantes no âmbito da educação inclusiva na rede EPT docentes e técnicos administrativos em educação vinculados aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs).

A mais recente ampliação de atuação de cursos no âmbito do IFTM-CAUPT é constituída pelo curso inerente ao presente projeto pedagógico para o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, o DocentEPT.

5. JUSTIFICATIVA

5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus estudantes nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

Desafios para a ampliação da oferta EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de Pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral:

Habilitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio.

6.2 Objetivos Específicos:

- Licenciar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR

Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o homo sapiens (definição da Biologia) é, também, um homo faber, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne- Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O homo technicus transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu

uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal-ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes.

Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (techne + logos) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar do e no fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como adjetiva do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em

diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

Outras dimensões do trabalho:

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al., 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um estudante do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o estudante informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o estudante avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin

et al. (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co) construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um estudante do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o estudante ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se com, não só um quê. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível

superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus estudantes: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias

esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Conseqüentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

Princípios Educacionais

Este Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente;
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais;
- A técnica como propriedade adjetiva humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica.

Viabilidade técnica para a oferta nacional

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a Pós-graduação, bem como na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse

sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de estudantes, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/IFES desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFES.

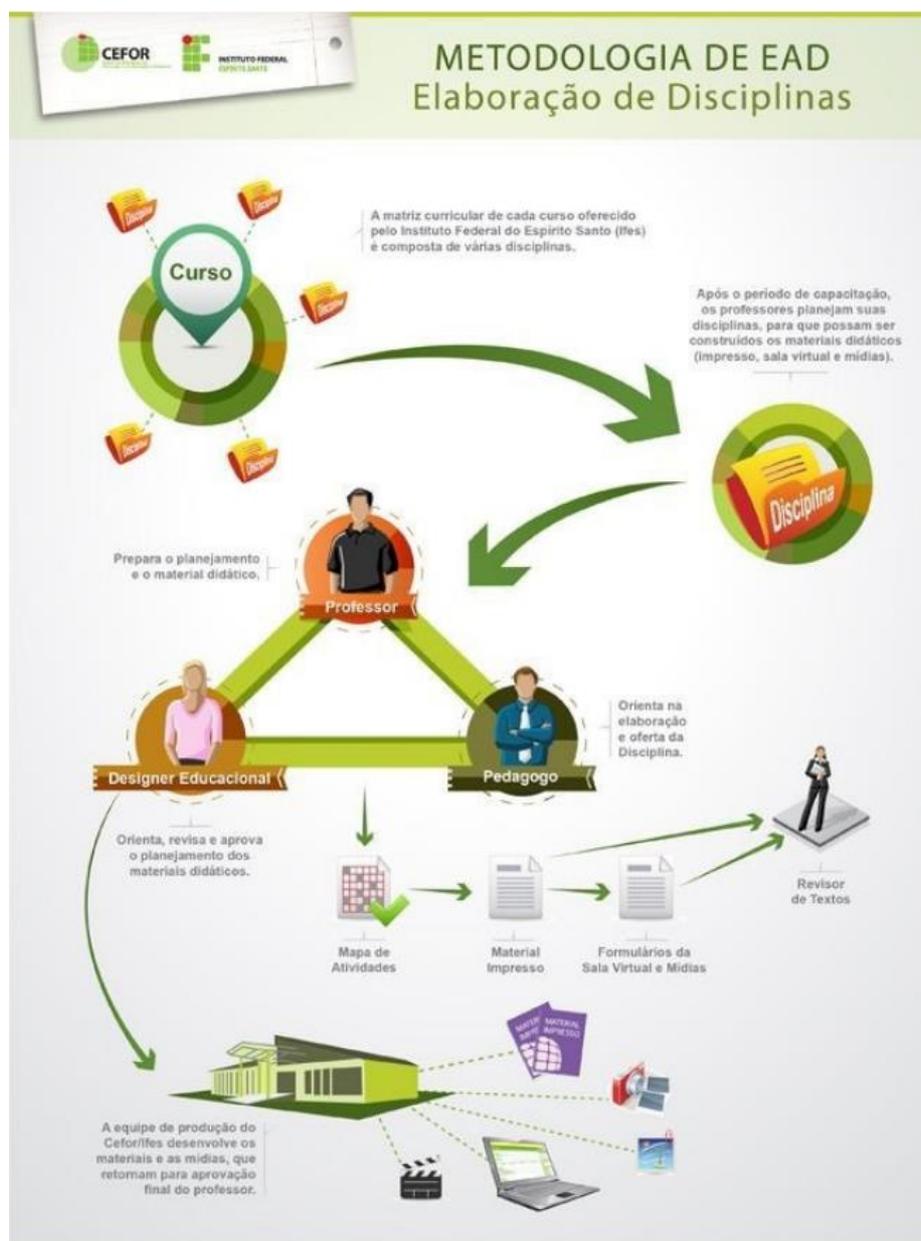


Figura 1 – Metodologia de elaboração de disciplinas EaD do Cefor/IFES

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos

é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos estudantes com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescretores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os estudantes, em especial estudantes com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/IFES, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho de Conclusão de Curso. As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (online) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos.

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que deverá ser desenvolvido conforme disposto no item 13.1 deste projeto pedagógico. A orientação do TCC se dará por meio de um professor-formador, que acompanhará a elaboração do trabalho final. Serão selecionados 20 professores-formadores para atuarem como orientadores do TCC, sendo que cada orientador terá no máximo 10 orientados. A apresentação do TCC se dará por meio virtual e pela composição de uma banca de avaliação constituída por três membros, sendo um deles o professor-formador/orientador. As apresentações das defesas serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de 60 pontos. O estudante em acordo com o orientador poderá optar pela elaboração de uma monografia ou artigo científico. Na primeira opção, o trabalho deverá ser apresentado para uma banca avaliadora. No segundo caso, o estudante poderá optar por apresentar o trabalho em um evento com ISSN – preferencialmente o Seminário de Pós-graduação (SIMPÓS) do IFTM – ou publicar o trabalho em um periódico com ISBN.

8. PERFIL DO EGRESSO

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- Preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico; ▪ lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- Elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;

- Elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- Aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- Participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino; ▪ planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- Organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- Inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- Planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para estudantes com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos.

9. LINHAS DE PESQUISA

Linha 1: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica

Eixos de pesquisa: Tecnologias educacionais nas práticas educacionais na EPT; Recursos tecnológicos no cotidiano de sala de aula; A EaD e a EPT.

Linha 2: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica

Eixos de pesquisa: Aspectos teóricos e práticos da aplicação de recursos didáticos inclusivos na EPT; Tecnologias educacionais e assistivas no contexto da EPT.

Linha 3: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica

Eixos de pesquisa: competência docente na EPT; Trabalho como princípio educativo fundamento da EPT; práxis docentes na EPT; didática na EPT; metodologia de ensino na EPT, EJA e EPT.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

10.1 Formas de ingresso:

O ingresso no Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do IFTM *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico ocorrerá através de processo seletivo, de acordo com normas estabelecidas em edital próprio da instituição, contendo critérios de seleção e pré-requisitos.

O edital, planejamento, execução e fiscalização do processo seletivo ficarão a cargo da COPESE – Comissão Permanente de Processo Seletivo - do IFTM.

10.2 Matrícula e periodicidade letiva:

Matrícula:	Periodicidade:
Anual	Anual

10.3 Turno de funcionamento, Vagas, nº de turmas e total de vagas anuais:

Tipo de funcionamento	Vagas/turma	Número de turmas	Total de vagas
Multiperiódico	NSA	200	200

10.4 Prazo de integralização da carga horária:

Limite mínimo	Limite máximo
12 meses	18 meses

10.5 Fluxograma:

Este curso contempla a oferta de dois módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores-formadores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- **1ª Etapa:**

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições parceiras, ou seja, da Setec/MEC, das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que aderiram à oferta Capes/UAB, bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os estudantes na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao estudante, o domínio pleno da plataforma do AVA. Essa disciplina também deverá capacitar os tutores a distância, para que possam dar suporte aos estudantes durante a oferta do curso.

- **2ª Etapa:**

Nessa etapa, serão ofertadas as duas disciplinas de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades avaliativas integradas, para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

- **3ª Etapa:**

Nessa última etapa, serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras serão ofertadas simultaneamente; em seguida e da mesma forma, as outras duas e, por fim, o Trabalho Conclusão de Curso (TCC). Para essas disciplinas, poderão ser realizadas atividades presenciais e/ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam sendo ofertadas, os estudantes possam iniciar o trabalho de pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

10.6 Matriz Curricular:

MÓDULO I - Aperfeiçoamento em Docência para a EPT		
Unidade Curricular	CH Teórica	CH Prática
Ambientação em EaD	30	0
Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	60	0

Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	60	0
Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	60	0
Didática Profissional e Tecnológica.	60	0
Total	270	0
MÓDULO II - Especialista em Docência na EPT		
Unidade Curricular	CH Teórica	CH Prática
Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	60	0
Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	45	0
Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	45	0
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30	0
Libras.	30	0
Total	210	0

Carga horária total em disciplinas	
Carga horária total das unidades curriculares	450
TCC	30
Carga horária total do curso	480

11. UNIDADES CURRICULARES

Unidade curricular: Ambientação em Educação a Distância				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
I	30	0	30	Não se aplica
<p>Ementa: Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.</p> <p>Conteúdo: Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: e-mail, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.</p>				
Objetivos:				
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. • Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem. • Capacitar o estudante para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. • Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. • Orientar os estudantes quanto ao estudo na modalidade a distância. 				
Referências básicas:				

LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016.
 LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
 MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.
 MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: https://www.academia.edu/5116276/Uma_Vis%C3%A3o_Integrada. Acesso em: 26 out 2018.

Referências complementares:

BEHAR. Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.
 BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.
 BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 26 out 2018.
 CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.
 MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.
 MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.
 PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em: <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out 2018

Unidade curricular: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
I	60	0	60	Não se aplica
Ementa:				
<p>Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.</p> <p>Conteúdo: Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho</p>				

e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.

Objetivos:

Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.

Referências básicas:

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Referências complementares:

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d’histoire et d’ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l’Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: . PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Rev. Bras. de Estud. Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

Unidade curricular: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
I	60	0	60	Não se aplica
<p>Ementa: Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.</p> <p>Conteúdo Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).</p>				
Objetivos:				
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. • Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-estudante atinentes a cada uma delas. • Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação. 				
Referências básicas:				
<p>BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013.</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.</p> <p>PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p> <p>PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p>				
Referências complementares:				
<p>Bibliografia Complementar10 ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p> <p>BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.</p> <p>BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:</p>				

Unidade curricular: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
I	60	0	60	Não se aplica
Ementa:				
<p>Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.</p> <p>Conteúdo: Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.</p>				
Objetivos:				
<p>Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.</p>				
Referências básicas:				
<p>BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015.</p> <p>BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf Acesso em 31 de maio de 2020.</p> <p>MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PONTES, E. O que é esse tal de copyright?. 2017. Disponível em: . Acesso em 31 de maio de 2020.</p>				
Referências complementares:				
<p>CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wpcontent/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.</p> <p>GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001. PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em: <https://porvir.org/especiais/tecnologia/>.. Acesso em 31 maio. 2020.</p> <p>SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>.</p> <p>SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>. Acesso em: 28 fev. 2018.</p>				

Unidade curricular: Didática em Educação Profissional e Tecnológica				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
I	20	20	40	Não se aplica
<p>Ementa: Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.</p> <p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica. ● Didática Profissional. ● A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. ● Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica. ● Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. ● Avaliação na Educação Profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. ● Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho. 				
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. ● Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional. 				
<p>Referências básicas:</p> <p>BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.</p> <p>DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf></p> <p>ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.</p> <p>GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p>				
<p>Referências complementares:</p>				

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015.

Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019.

Disponível em: <[https://bcad4482-1093-4377-](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf)

[ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf)>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012

Unidade curricular: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica

Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
II	60	0	60	Não se aplica

Ementa: Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.

Conteúdo

- Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGONEP.
- Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional.
- Educação por competências: conceitos e abordagens.
- Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional.
- Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais.
- Currículo de PROEJA.
- Formação laboral como atividade de extensão.

Objetivos:

- Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância.

Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA.

- Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
-

Referências básicas:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, consulta em 06/03/2020.

JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>>. Acesso em abril de 2022.

GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Referências complementares:

GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. DACUM Handbook. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press., 1997. PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Unidade curricular: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica

Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
II	45	0	45	Não se aplica

Ementa: Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.

Conteúdo

- Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas.
- O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência.
- A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.
- Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas.
- Avaliação no processo ensino-aprendizagem.

- Acessibilidade e tecnologias.
- O atendimento educacional especializado.

Objetivos:

- Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva.
- Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional.
- Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do estudante com deficiência.

Referências básicas:

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed.

Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível

em:<http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. O estudante incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em:< <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Referências complementares:

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299%22ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico] /São Carlos:Marquezzine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK

"http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK

"http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"[tora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)>.

Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Revista Poiesis Pedagógica. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016 VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014.

Unidade curricular: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica

Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
II	45	0	45	Não se aplica

Ementa:

Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto

9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).

Conteúdo

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- O trabalho como princípio educativo.
- A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão.
- Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional.
- Inovação e seu papel tecnológico e social.
- A extensão nos currículos escolares.
- A integração das escolas técnicas com o setor produtivo

Objetivos:

- Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional.
- Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos.
- Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico.
- Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o

nas atividades pedagógicas e educacionais.

- Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade.
- Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.

Referências básicas:

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre

Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Referências complementares:

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>B MEC.

Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-epesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e

à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

Unidade curricular: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
II	30	0	30	Não se aplica

Ementa:
Linhas de pesquisa da Educação Profissional e Tecnológica. Metodologia da pesquisa científica. A monografia. O artigo científico. Defesa. Apresentação em evento com ISSN.
Objetivos:
Demonstrar e exercitar conhecimentos adquiridos por meio de pesquisa acadêmica dos conteúdos estudados acerca da Educação Profissional e Tecnológica.
Conteúdos:
<ul style="list-style-type: none"> * As linhas de pesquisa da Educação Profissional e Tecnológica; * Revisão dos conteúdos principais apreendidos ao longo do curso para subsídio à realização da monografia ou artigo; * Orientação quanto a metodologia científica na elaboração da monografia ou do artigo; * Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; * Elaboração da monografia ou artigo; * Formatação do trabalho científico; * Preparação para a defesa que poderá ocorrer seguindo uma das possibilidades a seguir: <ul style="list-style-type: none"> * Monografia: apresentação diante da banca; * Artigo científico: apresentação de trabalho completo em evento com ISSN, preferencialmente o SIMPÓS do IFTM, ou publicação em periódico com ISBN.[GdF1]
Metodologia e Recursos Utilizados:
A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0,0 (zero) e 100,0 (cem), sendo considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 60,0 (sessenta). Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação com respeito a RESOLUÇÃO 27/2019, DE 27 DE MARÇO DE 2019.
Bibliografia Básica
MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. Jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Bibliografia Complementar
DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em < http://www.dtparaeducadores.org.br >. Acesso em 10 jul. 2017. VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

+

Unidade curricular: Libras				
Período (módulo):	C.H. Teórica:	C.H. Prática:	C.H. Total:	Pré-requisito
II	30	0	30	Não se aplica
Ementa:				
<p>Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</p> <p>Conteúdo: Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.</p>				
Objetivos:				
<p>Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.</p>				
Referências básicas:				
<p>FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995</p> <p>GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula.</p> <p>LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010</p>				
Referências complementares:				
<p>KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Estudante Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.</p> <p>PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>SILVA, Rafael dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.</p> <p>STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.</p>				

12. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Curso de Pós-graduação (*latu sensu*) em Docência EPT é ofertado através do programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e tem a característica da metodologia ter sido elaborada pelo Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES). Nesta direção, os recursos que serão disponibilizados ao longo do curso ficaram a cargo do Cefor/IFES, que possui a responsabilidade de desenvolver os materiais pedagógicos, conforme apresentado no item 7- *Viabilidade técnica para a oferta nacional*.

Em suma, este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância, em que as atividades educativas incluem:

- Material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o estudante possa imprimir, caso queira;
- Videoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- Indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- Gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- Atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- Atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- Atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- Atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- Indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- Fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- Materiais acessíveis para o caso de estudantes com surdez ou deficiência visual;
- Sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, hiperlinks ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Neste projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de preparar (em) todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades de formação de formadores no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

12.1. Interdisciplinaridade

A proposta deste curso é inerentemente interdisciplinar visando proporcionar uma formação que vise o enriquecimento científico, cultural, político e profissional daqueles que venham a atuar na esfera educativa da EPT. Por esta razão, o fluxo proposto no item 10.5 deste documento apresenta a possibilidade de realização de atividades integradas.

12.2. Atividades Complementares

O curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica não prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares.

13. ATIVIDADES ACADÊMICAS

13.1 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O curso de Pós-graduação em Docência em Educação Profissional e Tecnológica segue o disposto na RESOLUÇÃO do IFTM 27/2019, quanto ao formato do trabalho de conclusão de curso e suas as formas de apresentação.[GdF2][PGDM3]

Nesse sentido ao estudante regularmente matriculado, garante-se a orientação acadêmica na realização de seu TCC em conformidade com a resolução acima, no formato de artigo ou monografia por um professor orientador pertencente ao quadro de professores do curso. Sob o formato de monografia, a banca examinadora deverá ser composta por, no mínimo, três docentes, sendo um deles o orientador.

A defesa será realizada presencialmente no pólo ao qual o estudante esteja vinculado em data e horário previamente agendada pelo orientador. O estudante em acordo com o orientador poderá optar pela elaboração de um artigo científico. Neste caso, em substituição à defesa, o artigo poderá ser apresentado em evento com ISSN como trabalho completo ou periódico com ISBN. No caso de evento, haverá o encorajamento para que seja o SIMPÓSIO^[14] do IFTM. Na situação em que o artigo seja reprovado ou a carta de aceite não seja emitida dentro do prazo de integralização do curso, o estudante deverá apresentar o artigo para uma banca que será composta por três membros, sendo um deles, o orientador.

Para realização do TCC, o estudante deverá optar por uma das seguintes linhas de pesquisa:

•**Linha 1: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica**

Eixos de pesquisa: Tecnologias educacionais nas práticas educacionais na EPT; Recursos tecnológicos no cotidiano de sala de aula; A EaD e a EPT.

•**Linha 2: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica**

Eixos de pesquisa: Aspectos teóricos e práticos da aplicação de recursos didáticos inclusivos na EPT; Tecnologias educacionais e assistivas no contexto da EPT.

•**Linha 3: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica**

Eixos de pesquisa: competência docente na EPT; Trabalho como princípio educativo fundamento da EPT; práxis docentes na EPT; didática na EPT; metodologia de ensino na EPT; EJA e EPT.

14. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

14.1 Relação com a pesquisa

Os princípios que norteiam a constituição dos Institutos Federais colocam em plano de relevância a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Praticamente todos os conteúdos do curso poderão ser objetos de investigação e, desta forma, manter estreita relação com a pesquisa, que é incentivada por meio de editais próprios, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de projetos encaminhados a editais externos, como FAPEMIG, CAPES e CNPq. A pesquisa conta com o apoio do IFTM, que disponibiliza

infraestrutura de laboratórios, biblioteca, produção de material, divulgação por meio virtual e incentivo para participação em eventos científicos em todo país. Anualmente acontece “A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” e o “Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro” proporcionando a todos os estudantes, docentes e pesquisadores a oportunidade de apresentar à comunidade os trabalhos realizados.

14.2 Relação com a extensão

A extensão é aqui tratada como eixo fundante, pois é a partir dela que encontramos espaço de socialização e experimentação de conhecimentos e vivência prática dos estudos em ambientes reais, como nas escolas, nas coordenadorias e secretarias de educação, e também nas organizações da sociedade civil, sempre com o objetivo de uma interferência dupla, tanto no local da extensão como no próprio curso.

Além disso, diferentes atividades são desenvolvidas pelos estudantes e professores do curso prestando serviços à comunidade interna e externa no âmbito das competências previstas neste projeto pela matriz curricular, que traduzem essa relação com a Extensão.

14.3 Relação com os outros cursos da instituição ou área respectiva

Não se aplica.

15. AVALIAÇÃO

15.1 Da aprendizagem

Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem [GdF5][PGDM6]obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática do IFTM.

Os instrumentos de avaliação de ensino deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- Observação da participação dos estudantes pelos professores, no AVA e nas atividades;
- Trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- Provas escritas, com ou sem consulta;
- Exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- Planejamento e execução de projetos;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- Atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a cem. Portanto, os estudantes que não atingirem nota igual ou superior a sessenta na prova regular ou na recuperação ou na dependência serão desligados do curso.

A recuperação de estudos, no formato de recuperação compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, orientadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de

recuperação, o estudante será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

Em caso de não aprovação na recuperação o estudante poderá cursar a dependência no formato de estudos autônomos (revisão dos conteúdos disponíveis do AVA), fazendo uma avaliação final a ser agendada previamente pelo coordenador de curso.

Em relação à avaliação da aprendizagem, será realizado um diagnóstico para obter dados norteadores para melhoria do projeto-pedagógico.

15.2 Do curso (pelos estudantes)

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas também será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os professores possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão a respeito de suas próprias práticas docentes, bem como para a revisão da estrutura da unidade curricular nas ofertas subsequentes.

16. FREQUÊNCIA

O estudante é considerado aprovado na unidade curricular quando obtiver, no mínimo, conceito “C” na avaliação da aprendizagem e 75% de frequência. A frequência dos estudantes é computada levando-se em consideração a presença nos encontros presenciais obrigatórios, no acesso e na realização das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem.

17. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Entende-se por aproveitamento de estudos o processo de reconhecimento de unidades curriculares, disciplinas, cursadas em outra habilitação no mesmo nível de ensino ou superior. Poderá haver aproveitamento de conhecimentos adquiridos, para fins de prosseguimento de estudos nas seguintes situações:

- Disciplinas, unidades curriculares e/ou módulos cursados com aprovação, em outra habilitação profissional e/ou em outra Instituição de Ensino.
- A carga horária e o conteúdo da disciplina ou módulo cursado deverão ter equivalência de no mínimo 75% com a unidade curricular a ser aproveitada.
- Disciplinas, unidades curriculares e/ou módulos, cursados num prazo de até quatro anos imediatamente antecedentes à solicitação do requerimento e em áreas afins.

Não será permitido o aproveitamento de unidades curriculares em que o estudante tenha sido reprovado. O educando matriculado interessado em solicitar o aproveitamento de estudos, preencherá um formulário junto ao setor de registro e controle acadêmico, em prazo estabelecido no calendário acadêmico. Este setor encaminhará tal solicitação ao coordenador do curso que tomará as devidas providências. O estudo da equivalência da (s) unidade (s) curricular (es), será feito pela coordenação do curso e o professor da área, observando a compatibilidade de carga horária, bases científico tecnológicas, e o tempo decorrido da conclusão da(s) unidade(s) curricular(es) e a solicitação pretendida. O estudante deverá apresentar os seguintes documentos devidamente autenticados e assinados pela instituição de

origem:

- Cópia do programa das unidades curriculares, cursadas no mesmo nível de ensino ou ensino superior;
- Cópia do histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e a verificação do aproveitamento escolar e frequência;
- Base legal que regulamenta o curso de origem, quanto à autorização para o funcionamento ou reconhecimento pela autoridade competente.

18. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

Ademais, o IFTM *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico dispõe de diversos setores para suporte e atendimento aos estudantes. A lista de contatos pode ser acessada em: <https://iftm.edu.br/uraparquetecnologico/contatos/>

A seguir relaciona-se os setores de atendimento:

Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA

O setor promove atendimento e orientação acadêmica, expedição de documentos, acesso eletrônico ao Portal do estudante, acesso eletrônico aos documentos normatizadores do IFTM.

Setor Pedagógico

É um setor de apoio e assessoramento didático-pedagógico à Coordenação Geral de Ensino ou equivalentes, às coordenações de cursos, aos docentes e aos estudantes em todos os processos de ensino e aprendizagem.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE

Tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do estudante com necessidades educacionais específicas (com deficiência, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento).

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI do IFTM tem a finalidade de implementar a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, pautada na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Compete promover e acompanhar a pesquisa, inovação e a Pós-graduação no *Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico* e tem como objetivo contribuir para a formação de recursos humanos que poderão dedicar-se às atividades profissionais e estimular o pensar crítico e científico dos estudantes

Coordenação de Extensão

É responsável por atividades como cursos e minicursos de extensão, programas culturais, artísticos, visitas técnicas, eventos, entre outros. Além disso, esta coordenação também abrange o setor de estágio e egressos, que visa a integração entre a Instituição e a sociedade por meio de ações que visam tornar a escola cada vez mais acessível. Uma das principais ações do setor de estágio e egressos é a realização de convênios com instituições públicas ou privadas para oportunizar aos estudantes do Instituto Federal do Triângulo Mineiro *Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico* a realização de estágios.

19. CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

Para a execução deste curso, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Observamos a necessidade de formação de uma equipe mínima, que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos.

19.1 FORMAÇÃO DE FORMADORES EQUIPE LOCAL

Para o êxito deste projeto, é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os tutores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do professor formador e dos tutores.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades estudantes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os estudantes, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos estudantes.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho, em consonância com

princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos neste projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

19.2 CORPO DOCENTE E TÉCNICO

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (*lato sensu*), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos estudantes.

19.3 COORDENAÇÃO E EQUIPE DO CURSO

As equipes do Curso de Pós-graduação (*lato sensu*) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso I: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;
- Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

20. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico administrativo contará com a Coordenação Adjunta da UAB, bem como a formação descrita no item 19.

21. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FORMAÇÃO

Esta informação será disponibilizada na página própria do curso após a finalização da etapa de seleção dos profissionais que atuarão no curso conforme disposto no item 19.

22. AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO

22.1 INFRAESTRUTURA

O curso será ofertado pelo IFTM será ministrado a partir da plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. A plataforma Moodle permite o gerenciamento de informações acadêmicas, administrativas e de comunicação, sendo possível a integração entre estudantes, professores formadores e professores mediadores e foi escolhida por ser um software de domínio livre e por atender perfeitamente aos objetivos da EaD do IFTM. O servidor está instalado na unidade de EaD que fará a alimentação do sistema de gerenciamento das informações.

Além disso, o curso será desenvolvido nos polos da UAB que dispõem da seguinte estrutura mínima:

- I. Computadores em número adequado para atender o quantitativo que estudantes (as) que se pretende atender no Polo;
- II. Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- III. Ferramentas pedagógicas tais como Datashow; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Adicionalmente, a sede do curso ficará situada à Unidade I do IFTM *Campus Avançado* Uberaba Parque Tecnológico que possui a seguinte infraestrutura:

Dependências	Qde.	m²
Anfiteatro com 400 lugares	1	300
Biblioteca	1	53,1
Ginásio poliesportivo	1	333,52
Laboratório de Física, Eletrônica e Microcontroladores	1	42,5

Laboratório de Eletrônica	1	30
	7	301 – 51,48 302 – 58,32 304 – 92,70 401 – 53,10 403 – 53,10 113 – 50,40 114 – 84,80
Laboratórios de informática		
Miniauditório com 50 lugares	1	61,8
	2	105 – 44,45 303 – 44,45
Núcleo TIC		
Pátio de convivência	3	100
Praça de Alimentação	1	98,53
Sala da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico	2	42,7
Sala da Direção	1	20
Sala da Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenação Geral de Administração e Planejamento e Coordenação Adjunta da UAB	1	20
Salas de aula	2	53
Sanitários	16	--
Biblioteca	1	110

22.2 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. *Links* e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo estudante, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os estudantes também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/IFES e/ou das instituições ofertantes locais. As informações sobre acesso podem ser obtidas no *link*: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e do Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório *online* ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os estudantes no AVA, por meio de *links* de acesso, conforme demanda das disciplinas.

23. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- Material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o estudante possa imprimir, caso queira;
- Videoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- Indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- Gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- Atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- Atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- Atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- Atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- Indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- Fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- Materiais acessíveis para o caso de estudantes com surdez ou deficiência visual;
- Sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, hiperlinks ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Neste projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de preparar (em) todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades de formação de formadores no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

É importante salientar que por se tratar de um curso EaD, os recursos didáticos disponíveis vão de acordo com as características de cada polo que deve dispor da infraestrutura mínima descrita no item 22.1.

23.2 Tecnologia (para cursos a distância e semipresenciais)

O curso de Especialização para a Docência EPT é totalmente a distância. Para a sua execução será utilizada a plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem, Moodle, conforme disposto no item 22.1.

24. CERTIFICAÇÃO

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao estudante que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao estudante que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária, de acordo com a carga horária cumprida e a aprovação nas disciplinas. A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Para obter a Certificação Intermediária, o estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do Curso, por meio de preenchimento de formulário específico, após ter sido aprovado em todos os componentes daquele módulo. Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao cursista, fazer a solicitação da certificação.

25. INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores fixados para avaliação global do programa de Pós-graduação: número de estudantes a serem formados, índice médio de evasão admitido, produção científica, média de desempenho dos estudantes, grau de aceitação dos egressos e outros.

26. REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf>. Acesso em 26 de março de 2020.

BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. La fonction psychologique du travail. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.9,supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>

ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. O Artífice. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. Comment homo devient faber. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. Communities of practice: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?>

idAtoAdmElastic=294#anchor

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: [http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor)

idAtoAdmElastic=261#anchor